

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1090572 - SP (2017/0092591-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CREDISA FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADOS : LUCAS AIRES BENTO GRAF - DF013246
VLADIMIR DE MARCK - SC008746
FABRÍCIO GONÇALVES DA SILVA MATTOS - DF035236
ALESSANDRO LUIGI LICKS BERTOLLO - SC027756
JOSÉ PAULO DE FREITAS JÚNIOR - SC027774
EMBARGADO : LARGO XIII EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO MARTINS CASTRO - SP078175
RENATA CAMPOS DE ALMEIDA MONZILLO - SP235136
GABRIELA ARANHA GODOY - SP305153
PAULO VICTOR RIGUEIRO PARRON - SP343850
INTERES. : FORMACOMP LTDA
ADVOGADO : ANA CAROLINA DE MELO MANO - PR037419

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado. Inexistindo quaisquer das máculas previstas nos aludidos dispositivos, não há razão para modificar a decisão impugnada. Precedentes.

1.1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula 211 do STJ. Precedentes.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

